

“É preciso discutir os preços administrados”

01 JUN 2005

SABRINA LORENZI
Rio

GAZETA MERCANTIL

O governo sinaliza como tentará driblar as contradições da política monetária sem dar o braço a torcer. A meta de inflação, de 4,5% para o próximo ano, não será revista no que depender do atual Conselho Monetário Nacional (CMN), resumido a apenas três ministros afinados. Um dos superpoderosos, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, defende artimanhas contra os preços administrados, para os quais os juros elevados são vãos.

O ministro admite que o governo não está conseguindo cumprir metas tão apertadas,

que alguma está errada na política monetária, mas não abre mão dela. Em vez disso, mira em contratos de concessão que começam a vencer neste ano. "Avalio que a meta de inflação é adequada, mas essa discussão sobre os preços administrados, contratos de prestadores de serviços, já deveria ter sido feita", avalia o ministro.

Telefonia, energia elétrica, entre outros vilões da inflação, começam a ter alteração nas metodologias de cálculo de reajuste, a pedido do próprio presidente Lula. Tudo com muita cautela para não atrapalhar compromissos já firmados com empresas investidoras.

Continua na página A-6

GAZETA MERCANTIL

NACIONAL

A-6 QUARTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2005

POLÍTICA ECONÔMICA

“É preciso discutir os preços...

*Palocci e Bernardo
não aceitam meta de
inflação mais branda*

SABRINA LORENZI
Rio

Continuação da página A-1

Mas o expurgo de preços administrados da meta de inflação, como sugerem alguns especialistas, está fora de cogitação no seletivo grupo tomador de decisões. Tampouco agrada à maioria do conselho as sugestões de

flexibilização da meta, como prega o senador Aloisio Mercadante. Neste ponto, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e Paulo Bernardo parecem se entender. Palocci não aceita uma meta mais branda. E Bernardo faz coro: “Se tirarmos um retrato hoje podemos concluir que não é factível (a meta de 4,5% no ano que vem) porque nós não estamos conseguindo. Só que se seguirmos isso com disciplina, com confiança durante um bom período, é possível”.

Essa avaliação bate de frente com a de Mercadante, para

quem é “melhor ter meta realista e cumprir do que estipular metas baixas que não se cumpre e pressiona a política monetária”.

Mercadante lembra que na última reunião do CMN, em junho passado, defendeu 5,5% para 2005, número mais folgado do que os 4,5% estipulados inicialmente e acabaram sendo mantidos naquela época. “A meta do governo não foi atingida. Não tendo sido atingida não tem porque se colocar uma meta mais baixa porque vai pressionar a política monetária com repercussões na política fiscal e no

comprometimento do crescimento econômico”, reforçou.

Outra polêmica trata do tamanho do Conselho Monetário Nacional (CMN). Bernardo não é a favor de sua ampliação. Em vez disso, propõe que a discussão de alguns temas da economia hoje restritos ao CMN seja feita no Congresso Nacional. Somente decisões técnicas ficariam no Conselho Monetário.

*Veja íntegra da entrevista de
Paulo Bernardo no*

InvestNews

INFORMAÇÃO DIÁRIA DE ECONOMIA & FINANÇAS NO BRASIL